



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0023650-13.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **Banco Panamericano Sa**  
 Requerido: **Mauricio Moreira da Silva**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº. 2.334/12

Vistos, etc.

BANCO PANAMERICANO S/A, já qualificado, moveu a presente ação de busca e apreensão contra MAURÍCIO MOREIRA DA SILVA, também qualificado, alegando que celebrou com o requerido, contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária, em 31/08/10, sob nº 000042416563, no valor de R\$21.281,91 (*vinete e um mil duzentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos*) para pagamento em sessenta prestações mensais e consecutivas, no valor de R\$557,06 (*quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos*), garantido por alienação fiduciária do veículo marca Volkswagen, Gol 16v, Plus (Gerac 0 III), 1.0 M, ano/modelo 2004/2004, cor cinza, placa CXC5761, chassi nº 9BWCA05X94T122768.

Ocorreu que o requerido deixou de realizar os pagamentos das parcelas vencidas, no período de 09/08/2012 a 09/10/2012, mesmo ciente de que o inadimplemento implicaria no vencimento antecipado do toda dívida.

Constituído o réu em mora, pugnou o requerente pela busca e apreensão do veículo, nos termos do Decreto-lei nº 911/69, para consolidação da propriedade exclusiva do bem em seu poder.

Concedida a liminar, o bem foi apreendido e o réu, citado, deixou de apresentar resposta.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo dispõe os parágrafos 2º e 4º, do artigo 3º, do Decreto Lei nº 911/69, o réu somente pode alegar na contestação “*o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais*”, e sendo o pedido contestado ou não “*o juiz dará sentença de plano*” (v. RESTIFFE NETO, *Garantia Fiduciária*, 2ª ed., RT 1976, nº 114, pág. 406). Na mesma direção encontram-se a Doutrina e a jurisprudência (cf, p. ex., MOREIRA ALVES, *Da Alienação Fiduciária em Garantia*, 2ª Ed., Forense, 1979, IV, 3, páginas 164 e 169; ORLANDO GOMES, *Alienação Fiduciária em Garantia*, 4ª Ed., RT, 1975, nº 94, págs. 128 e 129).

Por outro lado, a ausência de contestação ou purgação da mora implica reputarem-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Saliente-se, ainda, que a alienação fiduciária em garantia está comprovada pelo instrumento de *fls.* 07/08; o mesmo ocorrendo com a mora, conforme documentos de *fls.* 09/11. Nesse sentido há precedentes (RTJ 102/682; RT 571/135).

Demais, o não pagamento de qualquer das prestações avençadas implica o vencimento antecipado pela totalidade do débito (Decreto-Lei nº 911/69, art. 2º, parág. 3º, e art.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

1º, parág. 7º, c.c. o artigo 762, III, do Código Civil de 1916).

Sendo assim, é de rigor se acolha a pretensão do autor, para tornar certa e definitiva, em suas mãos, o domínio e a posse do bem.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação para consolidar a propriedade do veículo marca Volkswagen, Gol 16v, Plus (Gerac 0 III), 1.0 M, ano/modelo 2004/2004, cor cinza, placa CXC5761, chassi nº 9BWCA05X94T122768, em mãos da instituição financeira autora, BANCO PANAMERICANO S.A., assim como sua posse plena e exclusiva; CONDENO o requerido, MAURÍCIO MOREIRA DA SILVA, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (*dez por cento*) sobre o valor dado à causa, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 19 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**